

A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL AGROINDUSTRIAL LÁCTEO EM CORUMBAÍBA (GO): OS TRABALHADORES DA PECUÁRIA LEITEIRA¹

Janãine Daniela Pimentel Lino Carneiro²

E-mail: *janaine_nana@hotmail.com*

Resumo

A territorialização do capital agroindustrial lácteo em Corumbaíba (GO) significou/significa uma série de mudanças espaciais e nas relações de trabalho para o Município. A lógica capitalista incorpora de maneira distinta as diferentes categorias de produtores - os pecuaristas tradicionais, os empresários rurais e as propriedades camponesas -, pois se dá a partir da lógica de reprodução desigual e contraditória do capital, estando inserida no contexto da reestruturação produtiva. Para os trabalhadores que atuam nas propriedades rurais que se dedicam à produção leiteira, não significou melhoria nas condições de trabalho, mas sim, diferentes formas de exploração e subordinação do trabalho.

Palavras-chaves: capital agroindustrial lácteo; trabalho; Corumbaíba (GO).

Abstract

The territorial capital in the dairy agribusiness Corumbaíba (GO) meant / means a lot of space and changes in labor relations for the municipality. The capitalist logic incorporates distinctly different categories of producers - traditional ranchers, rural entrepreneurs and rural properties - as it happens from the logic of uneven and contradictory reproduction of capital, being placed in the context of productive restructuring. For workers who work on farms engaged in milk production did not mean improvement in working conditions, but rather different forms of exploitation and subordination of labor.

Keywords: dairy agribusiness capital; work; Corumbaíba (GO).

INTRODUÇÃO

Em Corumbaíba (GO), a territorialização da agroindústria leiteira, Italac Alimentos reproduz a lógica do capital agroindustrial. A partir das exigências feitas para a compra do leite produzido nas propriedades rurais, a agroindústria impõe a especialização na atividade por meio da inserção de novas tecnologias. Em algumas propriedades, se territorializa com base na lógica capitalista no processo produtivo, em outras, encontra resistência. Com efeito, os diferentes territórios encontram-se hibridizados, com distintas relações hegemônicas, construídas a partir da urdidura

¹ As reflexões aqui apresentadas são partes da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGC/UFG/CAC) sob a orientação do Professor Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça.

² Professora Substituta no Departamento de Geografia (DEGEO/UFG/CAC) e membro do Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM/UFG/CAC).

do capital e do trabalho, o que gera um mosaico de territórios em permanente disputa (MENDONÇA, 2004).

Por um lado, tem-se o território hegemônico pelas relações capitalistas de produção, nas empresas rurais, pois a produção é especializada, voltada para o mercado e com relações de trabalho assalariado. Por outro lado, tem-se o território camponês, cuja produção de leite, mesmo comercializada, não é especializada, pois está associada a outras atividades. Além disso, nestas propriedades predominam as relações de trabalho familiar e não assalariado. Em ambas as propriedades, o capital agroindustrial se reproduz por meio da apropriação da renda da terra.

A territorialização da Italc Alimentos no campo em Corumbáiba (GO) ocorre de formas específicas para as diferentes categorias de produtores - os pecuaristas tradicionais, os empresários rurais e as propriedades camponesas -, pois se dá a partir da lógica de reprodução desigual e contraditória do capital, estando inserida no contexto da reestruturação produtiva do capital.

O presente artigo aborda os efeitos da reestruturação produtiva do capital no setor agroindustrial lácteo brasileiro, e em específico, na bacia leiteira de Corumbáiba (GO), a partir da territorialização da agroindústria laticinista, Italc Alimentos. Esse processo culminou em mudanças espaciais e nas relações sociais de trabalho nas diferentes unidades produtoras de leite do Município.

Didaticamente, o artigo foi estruturado em quatro sessões, além da *Introdução* e das *Considerações*, sendo: *Os caminhos metodológicos*, onde é apresentada a metodologia utilizada na pesquisa; *A reestruturação produtiva do capital e as mudanças no setor lácteo*, no qual são abordados os efeitos da reestruturação produtiva do capital no setor agroindustrial lácteo brasileiro; *A territorialização da Italc Alimentos e a pecuária leiteira em Corumbáiba (GO)*, onde são apresentados os aspectos gerais do Laticínio e da bacia leiteira corumbaibense; e, *As relações sociais de trabalho na produção leiteira em Corumbáiba (GO)*, onde são elencadas as características das relações de trabalho nas diferentes categorias de propriedades que se dedicam à produção leiteira no Município.

Os caminhos metodológicos

Para compreender a territorialização do capital agroindustrial lácteo em Corumbaíba (GO) e reconhecer as mudanças espaciais e nas relações de trabalho oriundas desse processo, buscou-se um conjunto de procedimentos metodológicos que permitissem, mesmo parcialmente, desvelar as tramas da relação capital-trabalho no Município, que significaram novas relações sociais, novas intencionalidades e novos territórios. Os procedimentos metodológicos foram agrupados em três etapas principais: a pesquisa teórica; pesquisa documental; e pesquisa de campo acompanhada de entrevistas, observação participante e diário de campo. As etapas foram realizadas concomitantemente e de acordo com as ações inerentes a cada uma das etapas.

A reestruturação produtiva do capital e as mudanças no setor lácteo

A partir dos anos 1990 é revelada uma nova dinâmica para a cadeia produtiva do leite, estando relacionada à reestruturação produtiva do capital. Isso porque as necessidades de expansão capitalista nas últimas décadas promoveram um constante processo de reestruturação espacial em diferentes intensidades e por meio de distintas estratégias nos diversos territórios mundializados. Nesse sentido, têm-se conflitos nas formas de uso da terra, a aceleração da degradação ambiental e mudanças na relação capital-trabalho que se territorializam de forma específica, a depender da formação socioespacial de cada área.

Harvey (2009) assegura que as mudanças que vem ocorrendo na sociedade estão relacionadas à própria natureza do capital. As transformações estão presentes na esfera econômica, mas têm implicações nas demais esferas sociais. Essas mudanças, segundo Chesnais (1996), resultam da globalização e da mundialização do capital impondo à sociedade a “necessidade” de “adaptar-se” aos seus imperativos.

As mudanças ocasionadas pela reestruturação produtiva do capital podem ser percebidas no complexo agroindustrial lácteo brasileiro, que também

sofreu os efeitos da desestatização, das privatizações e das políticas de liberação. Segundo Figueiredo; Paulillo (2005), essas mudanças fazem parte da “fase da autorregulação do setor”, e se manifestam nos seguintes aspectos: a reestruturação produtiva no mercado interno do leite; o comércio internacional e as mudanças nas normas formais do complexo agroindustrial lácteo.

A reestruturação produtiva no mercado interno do leite significou a redução do poder de negociação da pecuária leiteira nacional nos anos 1990. Isso porque advém da liberalização econômica e da estratégia de quase integração, colocada em prática pelo segmento industrial (FIGUEIREDO; PAULILLO, 2005, p. 179).

Com a autorregulação ocorreu também uma tendência de maior seletividade dos empresários rurais envolvidos com a atividade produtiva, pois as exigências referentes à quantidade e à qualidade do leite destinado ao mercado são cada vez maiores. Esta seletividade é assegurada pelas normativas que regem o setor, já que seguem padrões de qualidade internacionais. Nesse sentido, exigem dos produtores o profissionalismo e a especialização da atividade leiteira. Isso, no Brasil, revela-se um problema, pois a maioria dos produtores de leite tem produção menor que 50 litros/dia, com renda insuficiente para a aquisição do aparato tecnológico necessário ao atendimento da demanda do mercado por qualidade e atendimento de padrões internacionais de produção (FIGUEIREDO; PAULILLO, p. 181).

Nesse contexto, observa-se a presença do capital financeiro no setor agroindustrial lácteo brasileiro, operando com a concentração econômica e tecnológica. Essa atuação pode ser evidenciada, dentre outros aspectos, pela predominância do consumo do leite longa vida e pelo constante investimento em tecnologias para a modernização do setor, o que reduz a participação das cooperativas e causa prejuízos aos produtores de leite. Assim, o setor encontra-se marcado pelas contradições capitalistas, representadas pela “convivência” entre o grande número de produtores informais, pelos interesses dos produtores modernizados, pelas necessidades das cooperativas e das grandes empresas, e acima de tudo, pelo domínio do capital financeiro (HARVEY, 2005).

As constantes necessidades de modernização, mediante a realização de empréstimos para atender às imposições do mercado, dentre outros aspectos, ilustram alguns dos efeitos da reestruturação produtiva e da mundialização do capital na dinâmica do setor lácteo brasileiro como um todo, e por consequência, nas diferentes bacias leiteiras, dentre elas, na de Corumbaíba (GO).

A territorialização da Italac Alimentos e a pecuária leiteira em Corumbaíba (GO)

A Italac Alimentos (Goiásminas Indústria de Laticínios Ltda.) é uma agroindústria laticinista, privada e de capital nacional. A empresa iniciou suas atividades em 1994 em Itapaci (GO). Atualmente, a empresa possui fábricas instaladas em Corumbaíba (GO) (matriz), Jarú (RO), Nova Mamoré (RO), Ouro Preto (RO), Santa Helena (GO), Passo Fundo (RS), Rondinha (RS) e Xinguara (PA). Os postos de captação de leite estão em Itapaci (GO), Araguari (MG) e Alvorada do Oeste (RO). Os centros de distribuição estão localizados em São Paulo (SP) (central), Rio de Janeiro (RJ) e Manaus (AM). Os produtos são comercializados em todos os estados da região do Nordeste do Brasil, em Goiás, no Distrito Federal, nos estados da região Sul, e principalmente, em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde está o maior mercado consumidor dos seus produtos (ITALAC ALIMENTOS, 2012).

O Laticínio Italac Alimentos é o principal comprador do leite *in natura* produzido em Corumbaíba e um dos principais da região. Atualmente tem 90 fornecedores no município, somando um total de 35.000 litros de leite por dia. Estes fornecedores produzem em média 300 l/dia, existindo fornecedores que produzem de 200 a 1.000 l/dia, em média. A coleta do leite nas propriedades é feita a granel, ou seja, por caminhões tanques, a cada dois dias. O pagamento aos fornecedores é feito quinzenalmente. O preço do leite pago aos produtores é estabelecido pelo mercado, mas sofre variações por quantidade e por qualidade (PESQUISA DE CAMPO, 2012).

A atividade leiteira é uma das mais importantes do setor agropecuário corumbaibense, tendo relevante importância para a economia do Município.

Constitui fonte de trabalho e renda para as famílias que vivem no campo e até mesmo para os trabalhadores que vivem na cidade, mas trabalham no campo.

Para as propriedades camponesas – a maioria na bacia leiteira – a atividade ainda não é *especializada*, a propriedade, gestão da terra e o trabalho são familiares, com uma pequena produção de leite destinada ao mercado, como uma das fontes de renda para a família, ajudando a manter as despesas da família e da propriedade. Já nas empresas rurais, a minoria na bacia leiteira, predominam o uso de tecnologias, insumos, gado especializado, mão de obra assalariada, gestão e assistência técnica profissionalizada, ordenha duas vezes ao dia, manual ou tecnificada, mesmo que o grau de tecnificação seja diferenciado entre as propriedades.

Ao analisar os produtores da bacia leiteira, nota-se um forte discurso reforçando o ideário da necessidade de modernização e de qualificação da mão de obra como a solução para os problemas, em relação à quantidade e à qualidade do leite *in natura* a ser comercializado (PESQUISA DE CAMPO, 2012).

Acredita-se que os produtores camponeses que optaram por não especializarem da produção, diante das imposições do setor, não podem ser considerados como um empecilho ao desenvolvimento do setor agroindustrial lácteo no Brasil, assim como da bacia leiteira de Corumbaíba, já que se:

[...] a maioria destes não dispõem de equipamentos de ordenha e refrigeração, bem como, de raças puras. O baixo preço pago pelas indústrias e a falta de apoio dos aparelhos estatais se constituem como empecilho à especialização, levando muitos produtores a abandonar a atividade ou se dedicarem ao mercado informal (CRISTINA DOS SANTOS, 2004, p. 87).

O leite produzido na bacia leiteira de Corumbaíba (GO) tem destinos diversos, pois uma parte é vendida para a Cooperativa de Produtores Agropecuários de Corumbaíba (COOPAC), outra, para a Cooperativa dos Produtores de Morrinhos (COMPLEM), para o Laticínio Marajoara e outra parte para o Laticínio Italac Alimentos. Além disso, existem propriedades em que o leite produzido é beneficiado e comercializado pelos próprios produtores (PESQUISA DE CAMPO, 2012).

No caso de Corumbaíba, o maior laticínio atuante é a Italac Alimentos, que seguindo a lógica de produção do lucro e reprodução do capital agroindustrial se

territorializa no Município trazendo uma nova dinâmica territorial para os diferentes produtores de leite. Esse processo incorpora de modo distinto as propriedades da região, pois atua de maneira diferenciada entre as propriedades camponesas, os pecuaristas tradicionais e as empresas rurais, incorporando a renda da terra ao processo de reprodução do capital.

Nas diferentes propriedades rurais produtoras de leite em Corumbaíba (GO) têm-se características que se assemelham mais à dinâmica territorial da unidade de produção camponesa, a pecuária leiteira tradicional e em algumas propriedades, à dinâmica territorial de empresa rural, contudo, em muitos aspectos se assemelham. Vê-se que as diferentes propriedades possuem particularidades entre si no que se refere à área da propriedade, a forma de gestão e organização da produção, além da força de trabalho utilizada no processo produtivo.

Dessa forma, o campo em Corumbaíba (GO) apresenta diferentes categorias de produtores de leite – empresas rurais, pecuária tradicional e unidades de produção camponesas – que se dedicam à pecuária leiteira. A dinâmica territorial dessas propriedades, e os sujeitos que nelas atuam - os produtores e os trabalhadores rurais - foram coesionados pela lógica do capital agroindustrial, representado pela Italc Alimentos, por meio de diferentes níveis de subordinação e enfrentando diversos problemas, intensificados pela organização do sistema que coloca sobre os produtores a responsabilidade pela qualidade e quantidade de leite para o mercado.

As relações sociais de trabalho na produção leiteira em Corumbaíba (GO)

O trabalho familiar é a principal força de trabalho que atua na produção leiteira nas propriedades camponesas em Corumbaíba (GO). Isso porque em 66,6% das propriedades empregam apenas o trabalho familiar. Já em 33,3% das unidades ocorre a combinação entre o trabalho familiar e o trabalho assalariado. No caso do trabalho exclusivamente familiar ocorre a divisão social do trabalho por idade, uma vez que os dois filhos auxiliam na ordenha pela manhã, vão para a escola e, à tarde, ajudam no manejo do gado e em pequenos reparos na

propriedade. Nesse caso, o pai é responsável pela maior parte do trabalho relacionado à produção leiteira (PESQUISA DE CAMPO, 2013).

Nas propriedades camponesas, há submissão formal do trabalho, pois ocorre a produção de mais valia absoluta no processo produtivo. Para Santos (1978), a subordinação formal do trabalho ao capital, “[...] além de ser uma fase anterior, pode se dar como uma forma particular coexistente e no interior do modo de produção especificamente capitalista.” (SANTOS, 1978, p. 128). Esta especificidade camponesa está vinculada a dois fatores principais, sendo o primeiro:

[...] o capital subordina o processo de trabalho tal como ele existe. O processo de trabalho camponês sendo exercido do mesmo modo: isto é, a propriedade da terra e dos outros meios de produção continua pertencendo ao camponês, a força de trabalho utilizada é a família, o nível de mecanização é baixo, enquanto que os insumos industriais utilizados só tendem a reafirmar a visibilidade da força de trabalho familiar (SANTOS, 1978, p. 129).

O segundo aspecto corresponde ao fato de que:

[...] o produtor direto mantém a autonomia do trabalho e, ao mesmo tempo, fornece sobretrabalho a outrem. Efetivamente, a condição de proprietário da terra e dos outros meios de produção assegura ao camponês o domínio sobre o processo de trabalho e assim, lhe dá a condição de trabalhador independente. Ainda que subordinado ao capital (SANTOS, 1978, p. 130).

De acordo com Paulino (2012) o camponês não deixa de ser camponês quando vende a sua força de trabalho, esporadicamente, como trabalho acessório, ou seja, diante da necessidade de manter a sua condição camponesa, desde que seja menos representativa do que o trabalho familiar.

Nas empresas rurais do setor lácteo e nas propriedades dos pecuaristas em Corumbaíba (GO) os trabalhadores são assalariados. De acordo com Santos (1978), nesse caso evidencia-se o modo de produção especificamente capitalista, que corresponde à fase da submissão real do trabalho ao capital, pois se desenvolvem relações sociais de produção entre os proprietários do capital e os donos da força de trabalho, ou melhor, acontece a produção de mais valia relativa. Nesse aspecto, essas propriedades se diferem das unidades de produção camponesas, uma vez que a força de trabalho predominante é a familiar.

Todas as empresas rurais utilizam mão de obra assalariada. A função desses trabalhadores envolve o trabalho com a ordenha e o manejo do gado leiteiro, e também de corte nas propriedades que praticam este tipo de pecuária. No período de fabricação de silagem todas as propriedades contratam trabalhadores temporários, a depender da demanda. A limpeza dos pastos, a construção de instalações, a construção de cercas e a manutenção dos equipamentos são realizadas por outros trabalhadores contratados exclusivamente para realizar estas atividades.

Nas propriedades dos pecuaristas também são contratados trabalhadores assalariados, predominantemente. Tais trabalhadores são responsáveis pela ordenha e pelo manejo do gado leiteiro, contudo sua principal função nas propriedades é o manejo do gado de corte, uma vez que esta é a principal atividade econômica desenvolvida nas propriedades. Além do manejo do gado, os trabalhadores também são incumbidos de reparos em cercas. Para a manutenção das pastagens e instalações são contratados trabalhadores temporários especificamente para isso.

Os trabalhadores aprenderam o ofício de vaqueiros, lidando como o gado e demais tarefas da fazenda, tanto com técnicas tradicionais quanto modernas – no caso dos trabalhadores das empresas rurais – com sua família e com os próprios patrões. Segundo eles, nunca participaram de cursos de qualificação em Corumbáiba (GO).

A renda dos trabalhadores entrevistados, na pecuária tradicional e nas empresas rurais varia entre 1,5 e 3,0 salários mínimos.³ Nas empresas rurais, 23% recebem 1,5 salário mínimo, 23%, 2,5 salários mínimos e 53,80%, a maioria, recebem 2 salários. Na pecuária tradicional, 37,5% dos trabalhadores recebem 1,5 salários mínimos, enquanto, 62,50% recebem 2 salários. Já nas propriedades camponesas a renda média mensal de 50% dos trabalhadores é de 1 salário mínimo, enquanto de 50% é de 1,5 salário mínimo (PESQUISA DE CAMPO, 2013).

³Este valor refere-se ao salário mínimo de R\$ 622,00, vigente no ano de 2012.

A maior parte dos trabalhadores que atuam nas empresas rurais e na pecuária tradicional, estão a menos de 1 ano nas propriedades, ou melhor, 53% dos trabalhadores das empresas rurais e 50% na pecuária tradicional. Por um lado, isso revela a busca constante dos trabalhadores por empregos melhores – casas melhores para residirem com suas famílias, facilidade de acesso às cidades, jornada menor e menos intensa de trabalho, folgas semanais e demais vantagens que possam melhorar a suas condições de trabalho e de vida – por outro lado, isso dificulta a formalização dos trabalhadores, pois com menos de 1 ano de trabalho não possuem registro na Carteira de Trabalho, portanto deixam de receber benefícios que são seus por direito, tais como, férias, décimo terceiro salário e seguro desemprego. Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Corumbaíba (GO) o trabalho informal predomina na bacia leiteira de Corumbaíba, sendo poucos trabalhadores que possuem registro na Carteira de Trabalho (PESQUISA DE CAMPO, 2012).

Os trabalhadores atribuem a constante rotatividade de empregos à jornada de trabalho intensa e extensa que promove a sua exaustão. Sobre a jornada de trabalho identificou-se na pesquisa de campo que os trabalhadores, nas empresas rurais e na pecuária tradicional, cumprem diariamente, de 09 a 10 horas por dia, sendo: 30,70% dos trabalhadores, 9 h/dia e 69,20%, 10 h/dia (PESQUISA DE CAMPO, 2013).

Observa-se que nas empresas rurais e nas de pecuária tradicional, 80% dos trabalhadores têm carteira assinada e 50% dos camponeses possuem o registro. No entanto, apenas 60% dos trabalhadores que atuam nas empresas rurais têm férias, enquanto 16,6% na pecuária tradicional têm esse benefício e 50% dos trabalhadores nas unidades camponesas. Quanto ao 13º salário, 80% dos trabalhadores das empresas rurais, recebem, 66,6% na pecuária tradicional, e nenhum trabalhador das propriedades camponesas tem acesso a esse benefício. Sobre a folga semanal, 80% dos trabalhadores que atuam nas empresas rurais tem 1 folga semanal, 100% dos trabalhadores que atuam na pecuária tradicional disseram nunca ter tirado folga e, 50% dos trabalhadores das unidades camponesas possuem folga aos domingos. Os dados reforçam os argumentos citados pelos

trabalhadores que se sentem penalizados com a falta de acesso aos benefícios conquistados pelos trabalhadores, uma vez que, para eles, nas cidades esses direitos estão mais assegurados. Com isso, surge o desejo frequente de migrarem em busca de melhores condições de trabalho, sobretudo, para as cidades (PESQUISA DE CAMPO, 2013).

Ademais, os entrevistados revelam que o trabalho no campo exige muito esforço físico, o que lhes causa cansaço. Como isso, muitos trabalhadores, sobretudo, os mais jovens migram para a cidade, em períodos curtos, em que ficam desempregados ou tentam outros empregos, conforme mostra o depoimento de um dos trabalhadores:

Eu tô aqui mais minha mulher tem quatro meses [...] nós dois tira o leite, só nós dois. Tá dando certo [...] Eu antes de vim pra cá tava em Corumbaíba, trabalhei uns dias fiquei à toa, depois trabalhei no moto táxi, trabalhei uns mês na Italac, mas lá não dei conta não [...] a gente volto pra roça, aqui ela também trabalha, lá era só eu, tava mais difícil [...] ⁴ (PESQUISA DE CAMPO, 2013).

Diante das dificuldades encontradas pelos trabalhadores para cumprir a jornada de trabalho a eles imposta é possível compreender porque muitos trabalhadores têm deixado o campo em busca de melhores condições de trabalho e de vida. Um dos trabalhadores disse:

Eu tô mudando pra cidade mais minha mulher. Meu filho com a família dele também vai. Eu tô cansado mesmo. Já faz uns trinta anos que só trabalho como tirador de leite [...] é mexendo com essas vacas a vida inteira. É um trabalho muito cansativo. Eu quero ir pra cidade, quero ter os mesmos direitos que os trabalhadores de lá. Quero me aposentar [...] (PESQUISA DE CAMPO, 2013).

No entanto, diante da baixa escolaridade, das dificuldades encontradas na cidade, das condições de moradia no campo e do vínculo que esses trabalhadores têm com o trabalho no campo, os trabalhadores retornam para a função de vaqueiro. Eles têm clareza da jornada extensa e intensa e da condição de exploração da sua força de trabalho, como nos depoimentos abaixo:

Tirar leite é bom, mas é muito cansativo [...] É um cativo. Quase não tem folga. Aqui a gente tira só um fim de semana por mês. [...] cinco horas da manhã já chego no curral para buscar as vacas, tira o

⁴A. S. S., tem 22 anos de idade e trabalha desde os 13 como vaqueiro. Entrevista realizada em janeiro de 2013.

leite até as nove. Daí, “mexe” com trator, olha o gado. À tarde a gente tira leite de novo até as seis horas. Só depois de terminado todo o serviço é que agente vai pra dentro, lá pelas sete horas. Só tem uma hora de almoço [...]”⁵ (PESQUISA DE CAMPO, 2013).

Não é só tirar leite e olhar gado não [...] aqui agente desatola vaca, dirige trator, arruma cerca, cura vaca [...] eu faço de tudo aqui [...] não tem sábado, domingo e feriado não, nem hora, é enquanto tem serviço a gente tá trabalhando [...] serviço de roça não acaba não”⁶ (PESQUISA DE CAMPO, 2013).

As inovações tecnológicas reestruturaram o processo produtivo, inclusive as relações sociais de trabalho, contudo, não significou, para estes trabalhadores, a melhoria efetiva das condições de trabalho. Pelo contrário, reforçam a sua exploração e a produção de mais valia, pois é indispensável para a produção do lucro e a reprodução do capital (PESQUISA DE CAMPO, 2013).

Para os trabalhadores das empresas rurais, a modernização da produção modificou o trabalho e a sua vida no campo, conforme diz uma das entrevistadas: “[...] a vida no campo ficou mais fácil [...] já trabalhei muito capinando na enxada, agora não preciso mais disso (*risos*)”⁷ (PESQUISA DE CAMPO, 2013). Se, a utilização da tecnologia, como a ordenha mecanizada, diminuiu o tempo de trabalho e o esforço físico despendido na ordenha manual, também trouxe novas atividades laborais, tais como, a higienização dos animais antes da ordenha, a aplicação constante de medicamentos nas vacas para evitar doenças e contaminação do leite, a limpeza diária das instalações, alimentação adequada para o gado, dentre outros aspectos. Essas novas demandas laborais são reconhecidas pelos trabalhadores, conforme demonstra a seguinte declaração:

Tem gente que pensa que a ordenha não dá trabalho. É bobeira! [...] dá trabalho sim e muito. Só que é diferente. Mesmo com todo trabalho eu ainda prefiro a ordenha, por que já tirei muito leite agachado no barro e na chuva. Isso é triste! Mas a gente trabalha o dia inteiro do mesmo jeito. [...] Na verdade a ordenha é melhor porque exige menos esforço físico na “tiração” do leite, mas tem outros trabalhos, em que lavar curral, passar remédio nas vacas,

⁵ J. A. dos S. tem 49 anos e trabalha na empresa rural Fazenda São Jerônimo há 08 meses. Entrevista realizada em janeiro de 2013.

⁶ E. A. S. tem 37 anos e trabalha na pecuária leiteira tradicional, Fazenda Sala, há 2 anos. Entrevista realizada em janeiro de 2013.

⁷ M. J. S. tem 39 anos e trabalha na empresa rural Fazenda São Jerônimo há 08 meses. Entrevista realizada em janeiro de 2013.

separar ração, separar bezerro de vaca [...] Dá muito trabalho [...]º
(PESQUISA DE CAMPO, 2013).

Quando questionados se gostariam de voltar à forma tradicional de ordenha a resposta de um dos trabalhadores demonstra a recusa da ordenha manual:

Vô nada, “chape”! [...] é ruim demais né [...] tirava leite na mão [...] rapaz do céu, vai sofrê pra lá [...] era um tanto de leite [...] A ordenha é melhor. Na mão é mais sofrido. O tempo é o mesmo, a diferença é que a ordenha não desgasta muito a gente, cansa menosº
(PESQUISA DE CAMPO, 2013).

A mecanização da produção leiteira também contribuiu para a diminuição da oferta de trabalho no campo, pois de acordo com um dos trabalhadores sem a mecanização eram necessários cinco trabalhadores para a ordenha e agora é preciso apenas dois trabalhadores para o serviço. O mesmo ocorreu com as demais atividades no campo, tais como a limpeza dos pastos, o plantio e cuidado com as lavouras e a construção de cercas, por exemplo, uma vez que a limpeza das pastagens, nestas propriedades é feita com o trator-roçadeira, as lavouras são cultivadas plantadas e colhidas com tratores e colheitadeiras, e as cercas são construídas com as furadeiras mecanizadas (PESQUISA DE CAMPO, 2013).

Nota-se que a presença dos trabalhadores, mesmo com a mecanização, é fundamental na produção leiteira, tanto no manejo do gado e na ordenha, quanto na manutenção das propriedades de um modo geral. Dessa forma, o capital agroindustrial lácteo se territorializa no campo em Corumbaíba (GO), promove mudanças nas relações sociais de trabalho nas propriedades especializadas na produção leiteira, na pecuária leiteira tradicional e nas propriedades camponesas, contudo não significa melhoria nas condições de trabalho. Ao mesmo tempo, promove mudanças para os produtores, que permanecem na atividade e enfrentam diversos desafios para atender as exigências do mercado.

º Trabalhador na Fazenda Bocaina em Corumbaíba (GO). Entrevista realizada em junho de 2012.

º Trabalhador na Fazenda Água Doce em Corumbaíba (GO). Entrevista realizada em janeiro de 2013.

Considerações

O capital agroindustrial lácteo se territorializa em Corumbaíba (GO) no final dos anos 1990 com a chegada da Italac Alimentos. Esse contexto é influenciado pela reestruturação produtiva do capital, pela reformulação das políticas do Estado e pela modernização da agricultura, no qual o capital agroindustrial e financeiro passou a reger o setor, por meio da modernização, ou seja, pela inserção de inovações tecnológicas na produção.

Em Corumbaíba (GO), a lógica contraditória e excludente do capital agroindustrial promove mudanças espaciais, na relação cidade-campo e nas relações de trabalho. O discurso vigente é de que a presença da empresa trouxe para a cidade a prosperidade e o desenvolvimento, já para o campo, a necessidade latente de modernização e especialização na produção leiteira, com o intuito de acompanhar o momento ímpar de inovações.

Até o final dos anos 1980, a produção leiteira em Corumbaíba (GO) era configurada pelos pecuaristas (latifundiários) e pelos camponeses, estando presente em quase todas as propriedades rurais. Com as imposições do capital agroindustrial lácteo – fundamentadas pelo Estado – alguns produtores, oriundos dos pecuaristas, optaram por se especializar na produção leiteira, transformando suas propriedades em empresas rurais. Outros latifundiários, diante da demanda por elevados investimentos de capitais, decidiram investir na pecuária de corte e mantiveram a baixa produção leiteira, de forma tradicional. Para esses produtores a lógica produtiva é a do lucro, do latifúndio, ou seja, do capital.

Já os camponeses, diante das novas exigências, ou desistiram do mercado formal, inserindo-se na informalidade, ou se mantiveram, incorporando alguns aspectos da modernização, mesmo sofrendo com as exigências do mercado e políticas excludentes do setor e, muitas vezes, se endividando. Para eles, o sentido da produção e da terra são outros, uma vez que lutam para a sua reprodução e para a permanência na terra. Nesse aspecto, o leite assume posição de destaque, pois a sua comercialização possibilita renda constante para o camponês e sua família. Diante da política de diferenciação de preços, uma

estratégia encontrada pelos camponeses para conseguirem melhor preço para o leite no mercado foi a criação da Cooperativa dos Produtores Agropecuários de Corumbaíba (COOPAC).

Com a territorialização do capital agroindustrial lácteo aumentou a demanda por capitais para investir na produção leiteira, como o intuito de atender as exigências do mercado. Contudo, os produtores descapitalizados, sobretudo, os camponeses, encontram-se abandonados pelo Estado, no que se refere à assistência técnica e políticas de financiamentos. Dentre os problemas evidenciados pelos produtores estão: o desestímulo diante da atividade leiteira; o alto investimento necessário para a modernização do setor; o baixo preço do produto pago pelos laticínios; a falta de assistência técnica; falta de capacitação; falta de informações referentes às inovações técnicas e ao mercado; e falta de linhas de crédito, especificamente, para os produtores camponeses.

No que se refere aos trabalhadores rurais observou-se que na pecuária tradicional e nas empresas rurais o capital agroindustrial lácteo promoveu a subordinação real do trabalho e nas propriedades camponesas, a subordinação formal do trabalho. Com isso, altera as relações sociais de trabalho, acentuando os níveis de exploração do trabalho assalariado, por meio de intensas jornadas de trabalho e pelo limitado acesso aos direitos trabalhistas.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino. **Um olhar geográfico em Corumbaíba (GO): a territorialização do capital agroindustrial lácteo, as mudanças espaciais e os novos sujeitos da relação capital/trabalho.** 2013. 248f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Federal de Goiás, Catalão.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CRISTINA DOS SANTOS, Joelma. **O sistema agroindustrial do leite na região de Presidente Prudente – SP.** 2004. 200f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

FIGUEIREDO, Jeovan de Carvalho; PAULILLO, Luís Fernando. Gênese, modernização e reestruturação do complexo agroindustrial lácteo brasileiro. **Revista Organizações rurais agroindústria**, Lavras, v. 7, n. 2, p. 173-187, 2005.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 18. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

_____. **O Novo Imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

ITALAC ALIMENTOS. Disponível em: <www.italacalimentos.com.br> Acesso em: 15 de junho de 2013.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste Goiano**, 2004. 459 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de São Paulo, Presidente Prudente.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1978. (Coleção Ciências Sociais, Série Realidade Social).

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.